

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

- Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.
Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Aglides de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 67.ª Sessão (Extraordinária) — Realizada em 7 de Junho de 1972 (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Domicio Scaramella, secretariada pelos srs. Deputados Leopoldo Jacomet e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Quielise Crisóstomo; Domicio Scaramella; Rosário Pitelli; Aguiinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias; Antonio Belinati; Antonio Lopes Júnior; Antonio Maciel; Arizone Araujo; Armando Queiroz; Arthur de Souza; Basílio Zanusso; Cândido Martins de Oliveira; David Federmann; Emilio Carazzai; Erondy Silvério; Fabiano Braga Cortes; Francisco Escorsin; Fuad Nacii; Gabriel Manoel; Gilberto Carvalho; Hélio Manfrinato; Igo Losso; João Fadel; João Mansur; Jorge Sato; Leopoldo Jacomet; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho; Nivaldo Kruger; Odilon Reinhardt; Ovidio Franzoni; Paulo Camargo; Paulo Poli; Sebastião Rodrigues Júnior; Santos Lima e Wilson Brandão (37); achando-se ausentes os srs. Deputados: Wilson Fortes, Antonio Costa; Nelson Buffara; Ivo Tomazoni; Borsari Neto; Lázaro Dumont; Marciano Baranuk; Mauricio Fruet; Pinto Dias e Xenofonte Villanueva (10).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 37 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:
Discussão Única — da Proposição n.º 39-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 196-70, de autoria do Sr. Deputado Túlio Vargas que transfere ao D.E.R., para fins de conservação, a estrada que liga Floresta a Itambé. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto mantido o Veto**.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 8, quinta-feira às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA
Discussão única da Proposição n.º 40-72.
Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 68.ª Sessão Ordinária — Realizada em 7 de de Junho de 1972 (Quarta-feira)

Presidência do sr. Deputado Domicio Scaramella, secretariada pelos srs. Deputados Leopoldo Jacomet e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Quielise Crisóstomo; Domicio Scaramella; Rosário Pitelli; Aguiinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias; Antonio Belinati; Antonio Lopes Júnior; Antonio Maciel; Arizone Araujo; Armando Queiroz; Arthur de Souza; Basílio Zanusso; Cândido Martins de Oliveira; David Federmann; Emilio Carazzai; Erondy Silvério; Fabiano Braga Cortes; Francisco Escorsin; Fuad Nacii; Gabriel Manoel; Gilberto Carvalho; Hélio Manfrinato; Igo Losso; João Fadel; João Mansur; Jorge Sato; Leopoldo Jacomet; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho; Nivaldo Kruger; Odilon Reinhardt; Ovidio Franzoni; Paulo Camargo; Paulo Poli; Sebastião Rodrigues Júnior; Santos Lima e Wilson Brandão. (37); achando-se ausentes os srs. Deputados: Wilson Fortes; Antonio Costa; Nelson Buffara; Ivo Tomazoni; Borsari Neto; Lázaro Dumont; Marciano Baranuk; Mauricio Fruet; Pinto Dias e Xenofonte Villanueva. (10).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

MENSAGEM 22-72

Curitiba, 18 de maio de 1972.

Senhor Presidente

PROPOSIÇÃO N.º 118-72

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convenio celebrado em 15 de fevereiro de 1971, entre o Governo do Estado do Paraná e o do Estado de Santa Catarina, objetivando a execução de serviços de construção, melhoramentos, pavimentação e conservação da Estrada PR-54 trecho Guaratuba-BR-468 (Garuva SC/sub-trecho Garuva — Divisa Paraná-S. Catarina), mediante administração direta ou adjudicação à terceiros.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA**
Governador do Estado

Convenio que entre si fazem os governos dos Estados do Paraná e Santa Catarina, na forma abaixo:

Aos quinze dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e um o Governo do Estado do Paraná, adiante designado simplesmente Paraná

neste ato representado pelo seu Governador, Bel. Paulo Cruz Pimentel e o Governo do Estado de Santa Catarina, em segu da denominado Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Governador, Bel. Ivo Silveira, acordaram e ajustaram e firmar o presente Convenio, que se regulará pelas condições adiante estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Paraná assume na vigência deste Convenio através do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) os encargos dos serviços de construção, melhoramentos, pavimentação e conservação da Estrada PR-54, trecho Guaratuba-BR 468 (Garuva SC-sub-trecho Garuva — Divisa Paraná-S. Catarina), mediante administração direta ou adjudicação à terceiros, obedecidas as formalidades legais.

Santa Catarina, assume na vigência deste Convenio, através de seu Departamento de Estradas de Rodagem (DER-SC) o compromisso de liberar a faixa de domínio dos imóveis atingidos pela construção ou retificação e melhoramentos, cujos terrenos estejam situados no território de Santa Catarina, exceto aos do perímetro urbano de Garuva, efetuando as suas expensas os pagamentos devidos.

CLÁUSULA SEGUNDA: As despesas decorrentes do presente Convenio na parte atinente às obrigações do Paraná, correrão à conta do seu Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) pela dotação orçamentária de mesmo durante os exercícios de vigência do presente instrumento.

Correrão à conta de Santa Catarina, através de seu Departamento de Estradas de Rodagem (DER-SC), as despesas decorrentes com as desapropriações por ventura necessárias, ao cumprimento das obrigações assumidas neste Convenio.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente Convenio terá vigência pelo prazo de três (3) anos, contados de sua aprovação e registro.

CLÁUSULA QUARTA: Este Convenio só será válido e terá vigência, após sua aprovação e registro pelos Tribunais de Contas dos Estados do Paraná e Santa Catarina.

PAULO PIMENTEL

Paraná

IVO SILVEIRA

Santa Catarina.

A Confusão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o n.º 60-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei n.º:

258-71:

Do Senhor Deputado Nelson Buffara, que visava acrescentar ao artigo 12 de Lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1971, parágrafo único assegurando vantagens financeiras aos servidores do Departamento de Rendas Internas aposentados anteriormente à vigência da referida Lei. — **A C.Q.J.**

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando Regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 44-72.

— De autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 53-72, 54-72, 66-72 e 71-72.

— De autoria do Senhor Deputado João Mansur solicitando dispensa de publicação na Redação Final, do Projeto de Lei n.º 50-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, pelas razões expostas da Tribuna, propõe à Casa voto de aplauso à administração da Agência do Banco do Brasil S.A. em Buenos Aires, República Argentina, composta pelos Senhores José Carlos Madeira Serrano, Antenor Irineu Puntel e Herald Quin Tella Vianna, Gerente e Gerentes-Adjuntos, respectivamente, tendo em vista o eficiente trabalho que ali desempenha, promovendo de forma magnífica o nome de nosso País e contribuindo decisivamente para a melhor aproximação das duas nações irmãs.

Requer, outrossim, que o presente seja comunicado aos Senhores Nestor Jost e Paulo Konder Bornhausen, Presidente e Diretor da 3.ª Região do Banco do Brasil S.A., respectivamente, a cuja ação se deve a atual política de expansão externa de nosso principal estabelecimento de crédito.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1972.

(a) — Sebastião Rodrigues Júnior.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ouvido o Plenário seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações Hégino Corsetti, no sentido de que aquela autoridade procure uma fórmula capaz, junto as fábricas de Televisão, para o barateamento da TV a cores.

É incompreensível, Senhor Presidente que artigo semelhante, custe a fabulosa soma de sete mil cruzeiros, quando em outros países não chegam a sequer alcançar a metade desta quantia. As emissoras de televisão gastaram fabulosas verbas em seu reequipamento para a transmissão colorida que, no entanto, somente está sendo apreciada por uma minoria privilegiada que pouco adquirir tal aparelho, devido seu alto custo.

Uma pronta ação do Ministério das Comunicações em muito beneficiaria a população brasileira, que, da maneira como se encontram as coisas somente poderá aspirar a posse de um aparelho de TV colorida daqui há muitos anos.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1972.

(a) — Antonio Belinati.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante assina no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Diretor do Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda, deste Estado no sentido de que seja determinado — a exemplo do DOPS, do Instituto de Identificação do Estado, Jogos de Diversões desta Capital — ao Senhor Delegado de Rendas sediado em Maringá, a designação de um funcionário lotado naquela Secretaria para receber as Taxas de Segurança na Delegacia de Polícia de Maringá a título de economia de serviço, de vez que diariamente são atendidas, em média 80 pessoas, o que representa para o erário público uma média aproximada de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) mensais.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1972.

(a) — Wilson Brandão.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer a Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Senhor General Maric Fortes, Digníssimo Secretário de Segurança Pública deste Estado, que adotou medidas urgentes no sentido de elevar as diárias de alimentação de presos a Cr\$ 8,00 (oito cruzeiros) a exemplo do Estado de São Paulo, visto que a irrisória importância de Cr\$ 1,20 (um cruzeiro e vinte centavos) que hoje são pagas somente aos presos à disposição da Justiça isto é, para pagamento de almoço e demais refeições, não se estendendo essa medida àquelas que são detidos provisoriamente, não corresponde, portanto, esse pagamento ínfimo ao desenvolvimento de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1972.

(a) — Wilson Brandão.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustre Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa, requer:

1.º — seja inserto na Ata dos trabalhos da presente sessão um voto de congratulações ao jornalista Divonei Machado Campos, em virtude de haver sido agraciado com a medalha "Mérito Tamandaré", pela Marinha de Guerra do Brasil.

2.º — Seja, desta decisão, dado ciência ao jornalista homenageado e à direção do jornal "Diário do Paraná", onde o mesmo exercita sua atividade profissional.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1972.

(a) — João Fadel.

JUSTIFICATIVA:

É sempre grato a nós o poderemos registrar a satisfação do Poder Legislativo pela projeção alcançada por paranaenses em qualquer dos campos de atividade profissional.

No caso em tela o jornalista Divonei Machado Campos fez-se merecedor de enaltecida homenagem pela Marinha de Guerra do Brasil que entendeu inscrevê-lo na Ordem do "Mérito Tamandaré", com a concessão da respectiva medalha, pelos relevantes serviços que o profissional prestou àquela arma ao longo de sua atuação jornalística.

Profissional competente que alcançou merecida projeção entre os colegas por sua dedicação e idealismo no exercício da profissão, o jornalista Divonei Machado Campos também já deu sua colaboração à administração pública quando exerceu com proficiência o cargo de Diretor do Departamento de Divulgação do Estado e daí, a visão correta que tem dos fatos, sua exatidão ao noticiá-los e a capacidade de formar um juízo crítico realista para divulgar a informação e manter-se fiel à ética.

Entendemos, portanto, ser oportuno o presente requerimento com o que certamente também concordarão os nobres Deputados e darão, ao mesmo seu indispensável e honroso apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustre Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa, requer:

1.º — seja encaminhado expediente ao Senhor Diretor do Departamento de Trânsito — DETRAN — arquiteto Marcos Prado, solicitando-lhe determinar elaboração de estudos visando a implantação de mão dupla no trânsito de veículos da rua Marechal Floriano, trecho compreendido entre a rua Marechal Deodoro e Avenida Presidente Kennedy, ou, então sentido único de centro da cidade em direção à Avenida Presidente Kennedy.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1972.

(a) — João Fadel.

JUSTIFICATIVA:

O comércio que funciona ao longo da rua Marechal Floriano, após a adoção do sentido único do trânsito de veículos da avenida Presidente Kennedy em direção ao centro da cidade, conforme nos fizeram saber os interessados, teve uma diminuição nas vendas de, em alguns casos, até 40% (quarenta por cento).

Como razão de atendimento à sua pretensão de restabelecimento da mão dupla na rua Marechal Floriano invocam os comerciantes ali estabelecidos que a via não pertencente a bairro residencial, sendo, antes, quase que exclusivamente comercial e com ocorrência também de algumas indústrias que vêm sendo prejudicadas na movimentação de carga e descarga de gêneros e produção.

No que se refere ao comércio o fluxo dos moradores de bairros da zona sul da cidade, não podendo demandar aos seus domicílios pela avenida Marechal Floriano, de vez que seu sentido atual é periferia-centro, deixa também de efetuar suas compras diárias quando do retorno a tarde e deixando de fazê-las quando demandam ao centro, para início da jornada de trabalho. Assim, o isolamento do comércio é um fato concreto e somente poderia ser minorado se o DETRAN reestudasse a decisão e consentisse restabelecer a mão dupla na Rua Marechal Floriano, trecho entre rua Marechal Deodoro e Avenida Presidente Kennedy, ou não sendo possível a mão dupla, inverter a mão única, no sentido do centro para a Avenida Presidente Kennedy, o que possibilitaria os usuários de veículos em demanda dos bairros à tarde se utilizarem do comércio ao longo daquela via.

Os nobres Deputados certamente também concordarão com a pretensão dos comerciantes e industriais estabelecidos a rua Marechal Floriano e assim darão ao presente seu indispensável e honroso apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

Tendo em vista o estudo aprofundado do Projeto n. 13-72, em ambas as Comissões, a de Justiça e a de Finanças, requiero, após ouvido o Plenário seja revogada a deliberação de se criar uma Comissão Especial para estudar o referido Projeto que cria o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1972.

(a) — Antonio Lopes Júnior.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ouvido o Plenário, seja constituída uma Comissão Especial, composta de três membros, destinada a entrar em contacto com o Doutor Mário Lopes dos Santos, Diretor-Secretário do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Tal encontro, Senhor Presidente, tem o objetivo de marcar a data da solenidade de entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná, que este Poder Legislativo houve por bem outorgar àquela autoridade pública.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1972.

(a) Sebastião Rodrigues Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

O abaixo assinado, Deputado Arizone Mendes de Araújo, com assento nesta Casa, vem a presença de Vossa Excelência, para expor e requerer o seguinte:

a) — que esteve ausente as Sessões, Plenárias desta Casa aos dias 8, 15, 17, 22, 29, 30 e 31 do mês de maio próximo passado, bem como nos dias 2, 3 e 4 do mês em andamento;

b) — que o motivo de sua ausência, foi causado, por encontrar-se realizando inspeções nos Municípios que representa neste Poder;

c) — em razão do exposto vem a sua presença, solicitar sejam suas faltas abonadas.

Certo de seu acatamento ao presente, renova a Sua Excelência protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1972.

(a) Arizone Araújo

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei N.º 76-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à viúva de suplenente de Deputado Estadual, que tenha exercido o mandato por tempo superior a seis meses, pensão mensal de valor correspondente a um terço (1/3), da parte fixa dos respectivos subsídios.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação própria da Assembléia Legislativa, consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1972.

(a) Álvaro Dias

JUSTIFICATIVA:

Será feita da Tribuna.

Projeto de Lei n.º 77-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado através do Departamento de Estradas de Rodagem, a firmar convênio com o Município de Cambira, para a execução dos serviços de asfaltamento e obras complementares da via que liga a sede do Município à BR-376 — Rodovia do Café —, numa extensão de 350 metros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1972.

(a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

Grande número de onibus e caminhões que necessitam de tal atendimento devido precariedade de acesso.

Projeto de Lei n.º 78-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Irayde França Assad, viúva do ex-Delegado de Polícia Espiridiano Assad.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta lei correrá à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1972

(a) Cândido Martins de Oliveira

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Irayde França Assad é viúva do ex-Delegado de Polícia do Município de Palmeira, Sr. Espiridiano Assad, que por longos anos exerceu essas funções em dedicação e zelo.

Com o seu falecimento, a viúva ficou inteiramente desprovida de recursos necessários à sua subsistência conforme comprovam os documentos anexos.

Por essas razões é que submetemos o presente plano de lei à apreciação dos nobres pares, para o qual esperamos receber o seu indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Domicio Scaramella.

O DR. DOMICIO SCARAMELLA. — Sr. Presidente, Srs. Deputados. No dia 15 próximo passado, apresentamos um Requerimento encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, no qual sugeríamos a possibilidades das eleições distritais, em nosso País.

Naquela oportunidade, não fomos compreendidos pela maioria dos Srs. Deputados da ARENA, nesta Casa.

E, ontem, deparamos no jornal "Diário do Paraná" uma notícia que diz:

(Lendo):

"O Senador Felinto Muller declarou-se ontem pessoalmente a favor do voto distrital, em reunião com os jornalistas a que estava presente o Senador Ney Braga, que, por sinal, é radicalmente contrário ao sistema defendido pelo saudoso Senador Milton Campos.

Sou favorável ao voto distrital, principalmente por considerá-lo fator eminentemente de renovação partidária. Em segundo lugar, porque o eleito assume compromissos com um eleitorado que não pode ludibriar. Se o fizer, o mínimo que poderá ocorrer é perder a confiança de seus regionais e, consequentemente o mandato que por acaso esteja exercendo, disse o Presidente da ARENA.

O Sr. Felinto Muller, comentou depois um editorial carioca, colocando na exata realidade as dificuldades na arrematação dos mocós "que hoje estão muito mais atentos às situações de fato que possam desfrutar depois de formados", acrescentando:

Assim, os engenheiros, os médicos, os dentistas, os farmacêuticos, não mais acontecem, como há anos passados, em que as safras de advogados tinham em mira a política. Agora estão muito diminuídas. E os pequenos contingentes já não têm como meta principal a política".

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos à Tribuna na tarde de hoje, para justificarmos a apresentação de um voto de aplausos, já lido pela Mesa.

"O crescimento do Banco do Brasil S. A. é um fato que tem merecido destaque na vida econômica de nosso País. Suas agências multiplicam-se, levando os benefícios de um crédito racionalizado, concedido em observância das mais modernas técnicas, a todos os recantos deste imenso Brasil.

Bastaria, para avaliarmos a importância do Banco do Brasil, sabermos que, em 1971, era servido por 45.497 funcionários, dos quais dependiam economicamente mais 132.870 pessoas.

Atenção especial vem sendo dada, de algum tempo para cá, a abertura de agências no exterior. Ainda recentemente a imprensa noticiava a inauguração de filiais em Londres, Tóquio e Paris. Importante, sob todos os aspectos, o trabalho das agências do Banco do Brasil no exterior, incrementando fortemente o nosso intercâmbio comercial. A fim de que esta Casa possa ter uma ligeira idéia do que afirmamos, pedimos aos Srs. Deputados que atentem para o fato de que os depósitos por elas recolhidos somam um total de 557 milhões de dólares, importância que, se comparativamente situada no quadro bancário brasileiro, equipara as agências do Banco do Brasil, no exterior ao oitavo (8.º) maior banco de nosso País.

E, o aspecto merecer destaque — parte desses recursos vem sendo utilizada pelo Banco do Brasil, através do FIRAI, no desenvolvimento da economia nacional.

Desta forma, é plenamente merecedora de aplausos este lado da política adotada pela alta administração do Banco do Brasil, presidida pelo sr. Nestor Jost, estando as agências do exterior subordinadas à 3.ª Região, dirigida por um jovem dinâmico, Dr. Paulo Konder Bornhausen, ao qual muito deve o nosso Estado pela maneira eficiente com que dirige, anteriormente, a Carteira de Crédito Geral para o Paraná e Santa Catarina. As referidas agências representam verdadeiros consulados e, sob muitos aspectos, inclusive com maiores vantagens secundam o trabalho de nossas embaixadas.

Ainda recentemente, na Argentina, tivemos a oportunidade de visitar a agência do Banco do Brasil em Buenos Aires e sentir o magnífico trabalho que ali se realiza. Não nos referimos às pequenas cortesias, como a possibilidade de um brasileiro em trânsito descontar cheques contra sua conta bancária em nosso País ou receber, diariamente, no hotel, jornais brasileiros oferecidos pelo Banco do Brasil. Trata-se de algo bem mais significativo.

Inaugurada há 12 (doze) anos, a Agência de Buenos Aires situava o Banco do Brasil, em 1970, no 82.º lugar entre os maiores bancos que operam na Argentina, passando, em 1971, a ocupar o 79.º.

Graças ao eficiente trabalho de sua atual administração, composta pelos srs. José Carlos Madeira Serrano, Antenor Irineu Puntel e Heraldo Vianna, o Banco do Brasil S. A. foi o banco estrangeiro que mais cresceu na Argentina em 1971, atingindo a elevada taxa de 77,4%, enquanto o 2.º Banco Alemão Transatlântico, apresentava uma taxa de crescimento de 49,4%. De maior significado se torna a comparação, quando sabemos que o Banco do Brasil possui apenas uma casa na Argentina e o Alemão Transatlântico lá opera com 5 agências e uma matriz.

Se boa é a atual situação, melhores ainda são as perspectivas futuras, pois a agência de Buenos Aires que, em 1971, apresentou o lucro de 1 milhão de dólares, já em maio do corrente ano de 1972 atingia tão expressiva cifra.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós endereçamos a esta Casa, nesta tarde, um pedido: — que seja concedido voto de aplauso aos administradores da Agência do Banco do Brasil, em Buenos Aires, que lá estão trabalhando pelo nosso País, e a República Argentina, incrementando o nosso comércio, promovendo uma aproximação nos mais variados sentidos".

Meu muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Vamos submeter à Casa, um Requerimento de tema atual.

É insigne que o Ministério das Comunicações tem empreendido esforços tremendos para colocar o Brasil dentre as Nações privilegiadas em comunicações, e o avanço que alcançou o Ministério das Comunicações é ponto notável, com o advento das televisões a cores, no Brasil.

É exatamente em torno desta matéria que vamos encaminhar o Requerimento que, se aprovado pelos ilustres Deputados, será encaminhado ao Sr. Ministro Higinio Corsetti, do Ministério das Comunicações, pedindo aquilo que talvez hoje seja a reivindicação dos 90.000.000 de brasileiros.

A televisão a cores chegou — as estações se preparam para as transmissões coloridas, e o povo está privado do direito de assistir televisão a cores, em virtude do alto preço do aparelho ou do aparelho, o mais barato, está na ordem de 6 mil e 500 cruzeiros, à vista, porém, a crédito, esse mesmo aparelho poderá custar até mais que 10 mil cruzeiros, e com isto o povo brasileiro não está tendo acesso às lojas que vendem aparelhos a cores, porque o valor da prestação é quase semelhante à prestação de um apartamento do BNH, ou a de um automóvel.

Tanto é verdadeiro o distanciamento que há entre o povo e a televisão a cores, que em Curitiba, Capital com quase 800.000 habitantes, quase três meses após a inauguração da televisão a cores no Brasil, apenas 160 aparelhos foram vendidos pelas diversas lojas aqui instaladas. E é bom que se saliente também o alto custo das emissoras: apenas uma câmara custa 130 mil dólares; o aparelho de vídeo para transmissão de programas dentro desse mesmo sistema, este aparelho que custa mais caro na televisão, custa 200 mil dólares; o telecine, onde se projetam filmes e slides, de 90 a 100.000 dólares. Mas o preço da televisão não termina aí, ela teve que dispendir uma alta soma para a adaptação das estações repetidoras, para a adaptação dos laboratórios cinematográficos e também à mão de obra especial que passou a ser onerada tremendamente. Com isto, Sr. Presidente, uma estação de televisão para ingressar na era da televisão a cores, teve de dispendir seis milhões de cruzeiros, ou seja, seis milhões de cruzeiros da moda antiga, porém não está havendo compensação porque havendo número reduzido de aparelhos, as firmas não demonstram interesse na publicidade, porque não compensa, pois o telespectador é em número reduzido. Havendo tão reduzido número de aparelhos, automaticamente o comércio não tem interesse em anunciar durante as programações exibidas a cores nos canais de televisão de Curitiba, São Paulo e todo o País. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, levando em consideração a vontade do povo brasileiro em poder participar deste esforço do Ministério das Comunicações. O desejo do povo de ter o seu aparelho de televisão colorida. Nós estamos submetendo este Requerimento solicitando ao Sr. Ministro das Comunicações no sentido de que aquelas autoridades procurem uma fórmula para barateamento da televisão a cores. É incompreensível que adotem semelhante custo, a fabulosa quantia de sete milhões no Brasil, quando os aparelhos similares nos outros países não chegam a custar a metade deste valor. As emissoras de televisão gastam fabulosas quantias no seu reequipamento para a televisão colorida, no entanto, está sendo apreciado por uma minoria, só por um número reduzido que pode adquirir, devido seu alto custo. Uma comissão do Ministério das Comunicações para estudar o assunto, muito beneficiaria a população brasileira que da maneira como estão as coisas só poderá esperar a posse de um aparelho a cores daqui há muitos anos. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A seguir, passaremos a palavra ao Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JR. — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não era minha intenção vir hoje a Tribuna. O assunto que vou apenas esboçar de modo rápido nestes poucos minutos, pretendia, como pretendo voltar aqui no Grande Expediente por duas sessões. Mas em virtude de ser abordado este assunto, cabe-me fixar posição pessoal, porque não costumo ficar olhando para ver o que dá, para depois expender minha opinião. Quero dizer que sou frontalmente e lutarei com todas as minhas forças dentro da Arena, contra a implantação do voto distrital e justifico porque se pretende implantar o voto distrital no País. São duas as vantagens que apresenta: Para combater-se o poderio econômico e valorizar-se mais o deputado. Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não sei até onde vai a compreensão desta gente, porque nunca o poderio econômico foi tão forte, nunca teve tamanha força. Onde os campos de batalha vão se restringindo cada vez mais, quanto menor o campo de batalha, mais aumenta o poderio econômico, daqueles que pretendem subverter o valor da representação popular.

A representação popular tem que ser autêntica, e assim não o seria. No segundo plano, a valorização do deputado.

Que valorização do deputado será esta em que ele não poderá mais estudar os problemas do Estado? em que ele, deputado federal, não poderá estudar os problemas nacionais, em que ele deixa de ser o representante do povo sofrido de nossa terra, para ser o representante dum a micro-região. Ele se transforma então, de deputado em simples vereador. Para isto então, vamos acabar com as Câmaras de Deputados, com as Assembleias Legislativas e vamos apenas deixar as Câmaras Municipais de Vereadores. Sou contra.

Existem aqueles deputados que não representam efetivamente uma região físico-geográfica, mas representam regiões espirituais com as quais têm afinidades especiais.

Estes estarão marginalizados, e marginalizados aqueles que representam espiritualmente uma quantia, uma parcela enorme do povo de um Estado, estará marginalizada a representação popular.

Voltarei em outra oportunidade com um estudo mais completo, para proferir os debates e a meditação dos Srs. Deputados. Obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — A mesa registra com satisfação, a presença no Plenário das alunas do 1.º ano do Curso Normal do Instituto de Educação. Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados.

Tenho a honra, Srs. Deputados, de falar nesta tarde, após uma reunião conjunta havida entre a Comissão Executiva e a Bancada do MDB nesta Casa, em nome do nosso Partido e de nossa Bancada.

Em nome desta, por delegação de seu eminente Líder, Deputado Sebastião Rodrigues, para abordar um assunto que, estendendo de alta relevância, houve por bem, o nosso Partido e a nossa Bancada, de fomar uma posição com premissas que serão definitivas no encaminhamento da matéria nesta Casa.

Desejamos nesta breve introdução nos referir, numa justificação prévia, a alguns aspectos da prestação de contas feita pelo Governador Haroldo Leon Peres. Tivemos, embora sem uma apreciação demorada, oportunidade de vislumbrar alguns aspectos importantes nesse volumoso processo que se encontra com a douta Comissão de Tomada de Contas; e nessa oportunidade, que devemos principalmente à franqueza de trato de seu eminente Presidente, Deputado Paulo Poli, verificamos no processo que o Tribunal de Contas não está desajustado, em nosso entendimento, dos processos constitucionais. Emitiu parecer e tão somente parecer sobre a matéria, de acordo com suas atribuições. E mesmo com base em apenas dois exemplos, quando a Diretoria da Contabilidade diz no decorrer da análise, constatamos divergências correspondentes aos balanços financeiros, variações patrimoniais em confronto aos demais hábil, daria a melhor situação".

Aí, entendemos que aqui com elevado sentido de responsabilidade a Diretoria da Contabilidade, uma vez que, vejamos os Srs. Deputados, esses dois exemplos que irei citar para que desde logo se conclua pela necessidade de

um exame material para que não se forme uma conclusão precipitada, quando vislumbrada uma irregularidade.

Do relatório final, o primeiro exemplo. Na ordem de pagamento n.º 493, de 23 de agosto de 1971, no valor de Cr\$ 24.261,20, foi incluída a nota fiscal n.º 1.814, de 17 de setembro de 1971, no valor de Cr\$ 19.914,01, referente a despesas realizadas em 1970.

Ocorre que este tipo de despesa é titulado como despesas dos exercícios anteriores, tendo a rubrica 3.1.5.0.

"Conclui, portanto, diz o relator, que tal despesa foi processada e paga indevidamente, com verba do elemento 3130, Serviço de Terceiros, dotação 1971".

Segundo exemplo. Nas ordens de crédito 347 e 373.71, constam as importâncias de Cr\$ 50.268,03 e Cr\$ 500,00 que foram pagas em dotações indevidas, em saldo negativo, (inexistência de recursos), o que fere frontalmente o artigo 32, § 3.º, letra D, da Constituição Estadual.

Neste caso, para esclarecer os exemplos, segundo a técnica orçamentária de contabilidade pública, da qual não sou conhecedor, a não ser superficialmente, inicialmente, empenha-se a despesa, que é o compromisso que o Estado assume de pagá-la. Logicamente, se não houver saldo disponível não pode haver empenho e não havendo empenho não pode haver pagamento.

A falta do exame "in loco" evidentemente é plenamente justificável por que um relatório ou uma prestação de contas diz simplesmente que o Estado adquiriu um prédio pela importância X e não existe um comprovante da alegação, propiciando a dúvida a quem examina a matéria, se se desconhece a constatação da existência documentada ou física mesmo, do prédio.

Por estes motivos parece-nos justificável que o assunto tivesse vindo a debate nesta Casa. Mas, deste debate e da maneira com que foi conduzido o debate redundou a decisão nossa de trazer e aqui consignar, a posição oficial do Partido e da Bancada do MDB, o que é feito nos seguintes termos:

(Lendo): — 7. Veio a Plenário já, o debate em torno das contas do ex-Governador Haroldo Leon Pares, às quais o Colendo Tribunal de Contas negou aprovação.

Rejeitadas as contas do ex-Governador e remetidas a esta augusta Assembleia Legislativa, foram elas encaminhadas à Comissão de Prestação de Contas, cuja eminente Presidência, desde logo, se manifestou inconformada com o parecer emitido pelo Tribunal de Contas, inquinando-o de suspeito.

A matéria é de repercussão nacional.

E pela sua importância para a vida político-administrativa do Paraná, quer nos parecer que o caso vertente está a merecer uma imediata análise, quanto ao seu encaminhamento, notadamente, porque ao contrário do que se pode deduzir do ilustre pronunciamento do Senhor Deputado Presidente da Comissão de Prestação de Contas, a esta Augusta Assembleia Legislativa nenhum julgamento caberá proferir sobre matéria criminal. Muito menos, colocar-se em dúvida a isenção com que agiram os integros membros do Tribunal de Contas, ao fazerem tal exame de contas, visto que esta será matéria de defesa do acusado, se estabelecer-se o processo criminal da justiça comum.

Releva acentuar que a Constituição Estadual é expressa em atribuir competência ao Tribunal de Contas, para representar ao Poder Executivo e à Assembleia Legislativa sobre "irregularidades e abusos" por ele verificados (art. 41, parág. 7.º).

2. — A não aprovação das contas do ex-Governador Leon Peres induz irregularidades, que podem ser criminais ou não.

Não há denúncia, que seria intempestiva; nem representação, para a qual seria agora incompetente o Juízo Político, conforme adiante se verá. Somente fatos são apontados como atentatórios à probidade administrativa.

3. — Enquadremos os fatos na lei.

Dispõe a Constituição da República sobre a competência da esfera federal para definir os crimes de responsabilidade (art. 82, parág. único). Em seu art. 83, a Carta Magna fixa a dualidade de julgamentos a que se submete o Presidente da República, preceituando:

"O Presidente, depois que a Câmara dos Deputados declarar procedente a acusação pelo voto de dois terços de seus membros, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns, ou perante o Senado Federal, nos de responsabilidade".

A Constituição Estadual vigente, como a anterior, reconhece que — "são crimes de responsabilidade do Governador os definidos na legislação federal" (art. 48), estabelecendo a competência especial para julgamento, em seu artigo 49, ao dizer:

"O Governador será julgado:

I — Nos crimes comuns, pelo Tribunal de Justiça;

II — nos crimes de responsabilidade, por um tribunal especial, composto de cinco deputados e cinco desembargadores, depois que a Assembleia Legislativa, pelo voto de dois terços, declarar procedente a acusação" e que uma vez feito, "o Governador ficará suspenso de suas funções" (art. 50 e parágrafo 10).

A Lei Federal n.º 1079, de 10 de abril de 1959, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo prescreve:

a) — a imposição da pena não exclui o processo e julgamento do acusado por crime comum, na justiça ordinária, nos termos da lei do processo penal (art. 3.º);

b) — que não será recebida a denúncia depois que o Governador, por qualquer motivo, houver deixado definitivamente o cargo (art. 76, parágrafo único);

c) — que o Governador será julgado, nos crimes de responsabilidade, pela forma que determinar a Constituição do Estado e não poderá ser condenado, senão à perda do cargo, com inabilitação até 5 anos, para o exercício de qualquer função pública, sem prejuízo da ação da justiça comum (art. 78).

4. Há que ser feita, portanto, uma separação radical entre crime de responsabilidade e crime comum. Quem bem ressalta essa distinção é o consagrado jurista PONTES DE MIRANDA, em suas judiciosas anotações à Constituição de 1946, que nesse ponto é quase inteiramente repetida na Carta de 1969, ao abordar o assunto desta forma:

"As Constituições Estaduais têm de adotar o princípio da separação da responsabilidade política e da responsabilidade ordinária. Não se pode julgar politicamente, porque no sistema jurídico brasileiro só se admite condenação por crime que a lei federal aponte: o impeachment, propriamente dito, não se introduziu no direito constitucional brasileiro que nesse ponto segue a tradição do império, impermeável a influxo estrangeiro, razão porque a consulta a livros americanos, franceses, alemães e italianos, e de outros países, é impertinente.

Mas a responsabilidade política, essa, a Constituição de 1946 a supõe, por parecer que se deve submeter a Tribunal comum o dirigente, se o crime é de responsabilidade e a pena somente a de perda do cargo e inabilitação para outro por cinco anos. A responsabilização política funciona

como garantia ao povo contra o dirigente e como garantia ao dirigente contra a justiça comum, nos crimes de responsabilidade, durante o tempo da investitura".

Ruy, ao esgotar a matéria, sustentou "dever o Juízo Político anteceder ao pronunciamento dos Tribunais ordinários" e ao levantar a interrogação se alguém defenderia ponto de vista contrário responde: "Não o conheço. Todos os de que tive notícia, pospõem ao "impeachment" o processo ordinário, e não admitem este, senão quando naquele for condenado o réu" (citação do Ministro Lafayette Salles, no caso de São Paulo perante o S.T.F.).

No caso em exame, o Sr. Haroldo Leon Peres se encontra definitivamente afastado do cargo. Não haverá por onde, pois, se possa cogitar de crime de responsabilidade.

5. Quanto ao crime comum, vale repetir os ensinamentos de Pontes: "Os crimes comuns dos Governadores de Estados membros, são julgados pelo Tribunal de Justiça, se a Constituição do Estado-membro o estabelece; e não seria contrário à Constituição de 1967 editar-se regra jurídica que fizesse ser perante a Assembleia Legislativa a denúncia e ter de ser julgada a procedência da acusação".

A Carta estadual, no entanto, nada dispõe a respeito, a não ser a competência do Egrégio Tribunal de Justiça, perante o qual se fará a denúncia-penal, pelo Ministério Público se for o caso. E aquela Corte ainda sem que haja sequer cognição completa, receberá ou não denúncia, depois da resposta do acusado. Diante do exposto, parece ser de difícil convencimento e descabimento de qualquer acusação criminal deste Poder, contra o ex-Governador Haroldo Leon Peres, assim como seria de irrecusável temeridade que esta Casa, sujeitando os seus ilustres membros às omissões que também possam constituir crime de responsabilidade, venha a opor qualquer obstáculo ao imediato pronunciamento da Justiça comum sobre tais fatos. Mormente nestes casos em que é forçoso que se reconheça que o Sr. Haroldo Leon Peres já foi punido, com a perda do cargo de Governador, que vinha ocupando, pelos Poderes extra-constitucionais da República; ao renunciar, transparecendo claramente o pressuposto da inação no exercício da função pública, conclui-se, por consequência, que, ao julgar estas contas sem cogitar da existência ou não de crime, caberá a esta Casa representar sobre todas as irregularidades ou fatos que assim visualize no seu desempenho fiscalizador, fazendo remessa de todo o material que existir, ao órgão competente.

Desta forma ter-se-ão cumpridas as elevadas atribuições desta augusta Assembleia Legislativa, e com serenidade, espírito público, respeito à Lei e ao Direito.

Esta é a posição oficial do Partido e da Bancada do MDB, num episódio em que muito acima dos interesses político-partidários está em jogo, a responsabilidade do Poder Legislativo para o qual se voltam as atenções da sociedade paranaense.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Muggiati Filho, solicitei o aparte, apenas porque tem relação com o pronunciamento que V. Exa. acaba de fazer, na tarde de hoje. Trata-se de uma carta que recebi do Deputado Paulo Poli, como Presidente da Comissão de Tomada de Contas, e que está vasada nos seguintes termos: (Lendo)

"Através deste expediente, tenho a elevada honra de vir à presença de V. Exa. comunicar que a Proposição 116-72, relativa às contas do Governador do Estado, do referido exercício de 1972, está à disposição de todos os Srs. Deputados, na Comissão de Tomada de Contas".

Era o aparte que julguei oportuno apresentar a V. Exa., porque tem relação com o seu pronunciamento desta tarde.

O SR. MUGGIATI FILHO — Realmente, tem relação com o pronunciamento que acabo de fazer, e, ao expressar os meus agradecimentos pela valiosa intervenção do eminente Líder da Bancada majoritária e Líder do Governo, eu apenas queria reiterar que, no início, no prólogo deste pronunciamento fiz referência ao gesto cordial já ontem tido com relação a nós, pelo Presidente da Comissão de Tomada de Contas, colocando inteiramente à nossa disposição, o referido processo.

De modo que a leitura da carta que V. Exa. acaba de fazer, vem ainda mais, reforçar a disposição da Comissão de Tomada de Contas, de dar ampla franquia a todos os nossos ilustres pares, com relação a este processo.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, segundo orador inscrito, no Grande Expediente.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino.

O SR. PRESIDENTE — Tendo declinado da palavra, concedo a mesma ao terceiro orador inscrito no Grande Expediente de hoje, Deputado Basílio Zanusso. Encontrando-se ausente o Sr. Deputado Basílio Zanusso, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues, quarto orador inscrito.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Solicitei a oportunidade de voltar a esta Tribuna apenas para um esclarecimento sobre um outro Requerimento que encaminhei à Mesa. Ocorre que verificando a relação daquelas personalidades que receberam o título de Cidadania Honorária de nosso Estado, concedidos por esta Casa, verifico que muitos deles ainda não compareceram à Assembleia para receber o título que lhes foi concedido. Entre estes encontra-se uma pessoa imensamente relacionada com o Poder Legislativo e com os Srs. Deputados, que é o Dr. Mário Lopes dos Santos, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral. Por esta razão formulei à Mesa um Requerimento no sentido de que seja constituída uma Comissão Especial para em conversa com o Dr. Mário Lopes dos Santos, marcar a data para que compareça a esta Assembleia e receba a honraria que lhe foi concedida. O título parece-me que foi concedido acerca de três anos, lapso de tempo muito grande e que acredito, esta Casa haverá de constituir a Comissão e designar (acertando com S. Exa., data para a sessão solene a fim de que possa receber o título que esta Casa em tão boa hora lhe concedeu. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — O Sr. Presidente, Srs. Deputados. Várias vezes, no decorrer deste primeiro semestre, nós ficamos em situação difícil perante a indagação que não sabemos responder, o que é sobre o incômodo para o Deputado. Quando indagado sobre aspectos da vida

administrativa do Estado, a estas indagações não podemos responder. Que dirá o contribuinte, que dirá a entidade ao não obter uma resposta desta ordem a indagação formulada a um representante deste Poder, que está aqui para este fim, tomando um dos lugares em nome do povo nesta Assembléia? Ainda nesta semana, uma reunião de classes produtoras, fiquei mais uma vez nesta posição incômoda. Perguntavam-me então se a receita do Estado realmente estava se elevando. Isto eu sabia informar, a receita do Estado está se elevando. Por outro lado, então, a pergunta óbvia, porque o Estado alega e os dirigentes do Estado alegam não haver recursos para a dinamização dos setores administrativos? Francamente, Srs. Deputados é uma posição difícil, crítica na qual não desejo mais me encontrar, porque de certa forma dá a impressão a quem indaga, de que aqui nós não estamos atendendo realmente aos interesses do povo. E se o representante do povo não sabe, não informa a quanto andam as finanças do Estado, quem mais saberá?

E é por esta razão que me parece justo, óbvio que enderece um Requerimento à Mesa, fazendo um apelo aos Srs. Deputados no sentido de aprová-lo. (Lendo): "Lê o requerimento solicitando o comparecimento do Sr. Mauricio Schuman a esta Assembléia para prestar alguns esclarecimentos".

Nós sabemos, não é público ainda, mas se sabe que o Governo elaborou um plano de administração, e seria oportuno que o Sr. Secretário da Mesa, dissesse das disponibilidades para a real efetivação dos projetos governamentais, suas prioridades, quais as áreas aonde o Estado realmente deseja dinamizar as atividades administrativas. Quais os setores prioritários, se é transporte, se é educação, se é saúde e assim: por diante, que nós até o momento desconhecemos.

E verdade que o Governo instalou-se numa situação excepcional e até que as coisas se firmassem decorreu este prazo.

Parece-me razoável que agora passemos, em nome do povo que aqui representamos, a solicitar estas informações, para que possamos também informar ao povo do nosso Estado e especialmente às classes dirigentes, às classes produtoras, aquelas que através da aplicação dos seus recursos e das suas atividades, geram todos os recursos do Estado.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sempre mantivemos nesta Casa o mais perfeito entendimento com a Bancada da Oposição, especialmente, quando V. Exa. ocupava a posição de Líder do MDB. Quero nesta oportunidade, louvar a atitude de V. Exa., que é das mais nobres, das mais justas e que vem de encontro com aquilo que nós verificamos quando V. Exa. ocupava o cargo de Prefeito Municipal de um dos maiores municípios do Paraná que é o município de Guarapuava, do qual dou testemunho pessoal, porque convivi muito com o povo daquele município e pude testemunhar pessoalmente, o seu esforço, o seu trabalho, o seu dinamismo em face à obra que V. Exa. realizou no cumprimento do seu dever, no desempenho do seu mandato, como Prefeito Municipal de Guarapuava.

E quando V. Exa. aborda este assunto da Tribuna da Assembléia, nós não podemos nos calar, especialmente na condição de Líder do Governo, de reconhecer que V. Exa. procura através de uma disposição que nos comunica da Tribuna nesse momento, esclarecer não só esta Casa, mas para que se possa transmitir ao povo paranaense, atitude esta muito louvável.

Mas eu espero, nobre Deputado, mais uma vez, a compreensão que sempre tivemos dos homens que integram a Oposição nesta Casa e muito especialmente de V. Exa., no sentido de que V. Exa. não dê entrada neste Requerimento, que é justo, como disse, porque eu assumi um compromisso com esta Casa de que aqui estaria o Sr. Secretário da Fazenda, a convite da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para que ele pudesse, com os dados de que dispõe, como homem responsável pelas finanças do nosso Estado, trazer ao nosso conhecimento, a situação real e verdadeira do Orçamento Estadual; aquilo que nós estamos arrecadando e aquilo que nós estamos despendendo. E por que não dizer o saldo positivo, para que nós possamos avaliar a possibilidade do Estado investir em obras tão indispensáveis em todo o interior do nosso Estado. E anteontem, nobre Deputado Nivaldo Krüger, em conversa com o Secretário Mauricio Schuman, ele me afirmava que se encontrava na sua mesa, o convite formulado pela Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e que pretendia, talvez na sexta-feira, ou já nos primeiros dias da próxima semana, comparecer, trazendo todos os elementos disponíveis, inclusive com "slides" e quadros comparativos, a fim de transmitir a todos nós, aqueles esclarecimentos tão necessários para que possamos avaliar a situação real do nosso Estado. Acredito mesmo, nobre Deputado Nivaldo Krüger, de que este ofício, é bem possível, que já se encontra na Presidência desta Casa, avisando ou comunicando à Assembléia do dia em que comparecerá. Razão porque apelo mais uma vez a V. Exa. no sentido de que não dê entrada no Requerimento, porque sobre tudo isto que V. Exa. pretende, saber, o Sr. Secretário comparecerá dentro de dois ou três dias e, tenho certeza, virá trazer estes esclarecimentos.

Mas, de qualquer forma, não poderia deixar de louvar a sua atitude, porque vem demonstrar aquele interesse no cumprimento do seu dever, dando uma demonstração daquilo que V. Exa. fez em Guarapuava e pretende fazer na Assembléia Legislativa, em benefício do povo paranaense.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Muito obrigado a V. Exa. por dar-me estas informações. E sinto-me muito confundido com a deferência especial que V. Exa. faz a mim neste instante.

O Sr. João Mansur — V. Exa. é merecedor.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Obrigado. Eu desconhecia as providências tomadas pela Mesa e a Decisão do Sr. Secretário da Fazenda de comparecer à esta Casa, para informá-la a respeito do andamento das finanças estaduais, com o objetivo de trazer-nos muitos esclarecimentos. Eu atendo portanto, como não poderia deixar de ser as reivindicações de V. Exa., para que eu não encaminhe este Requerimento que tinha também a assinatura do Líder da nossa Bancada. Portanto o Requerimento é de autoria da liderança e do Deputado que se encontra na Tribuna neste instante.

Não posso deixar de salientar a importância, Deputado João Mansur, da presença de um Secretário de Estado nesta Assembléia Legislativa, porque aqui realmente se encontra, em síntese, o povo paranaense; as diversas correntes de opiniões; os diversos anseios de todas as camadas sociais que aqui estão representadas. E o encontro do Governo através do seu Secretário, com o povo, num momento desses, para mim é um movimento grandioso e de afirmação democrática.

Ai do povo que não se preocupa com o andamento das coisas de sua comunidade, de seu Estado! A única preocupação que norteia a Bancada do MDB é a condução reta e a aplicação justa e equilibrada dos recursos tão volumosos que provêm do sacrifício do povo do nosso Estado.

Temos, como V. Exa., convivência com a população do interior do Estado. Conhecemos o esforço do homem que trabalha no campo, do pequeno industrial, do médico e do grande comerciante. Esta gente luta, se sacrifica, dispense esforços tremendos e contribui para o Estado. Estes recursos são canalizados para alguns homens aplicá-los, alguns que estão com a responsabilidade de dirigir os negócios da economia do Estado.

Nossa função é fiscalizar e nos parece que é o momento de afirmação da democracia. E, para aqueles que incumbidos foram de aplicar os recursos ou para aqueles que receberam do povo a incumbência de fiscalizar, este encontro parece-nos fundamental e saútar para a vida administrativa do Estado e para o cumprimento da obrigação a que nos responsabilizamos por ela.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a V. Exa. a compreensão do apelo e estendo este agradecimento a toda a Bancada porque, segundo declarações, o Requerimento estava subscrito pelo Líder Sebastião Rodrigues. De qualquer forma a Bancada do nosso Partido atingiu o seu objetivo, porque o Secretário estará aqui e prestará todos os esclarecimentos a esta Casa. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 135-71, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola de 1.º e 2.º Ciclos, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 175-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, fica criado um Colégio Comercial, na sede do Município de Dr. Camargo, para funcionar no ano letivo de 1972. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — COM SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado com Substitutivo.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 107-71, de autoria do Dep. Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Engenheiro Beltrão, o lote n. 45-E — com 4,70 hectares, seção Água Grande da Gleba Rio Mourão naquele Município. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 198-71, de autoria do Dep. Acyr José, fica o Poder Executivo autorizado a denominar "Desembargador Antonio de Paula", o Estabelecimento de Ensino de Grau Médio, sediado na Capital do Estado do Paraná. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 223-71, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, fica declarado de Utilidade Pública, o Clube Cultural Social e Recreativo (JUDIMA), da cidade de Mandaguai. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 74-70, de autoria do dep. Túlio Vargas, que transfere ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a Rodovia do Município de Guaraniáçu, que liga a BR-277, na altura do quilômetro 315, até o Rio Piquiri, divisa com o Município de Palmital. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 74-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a rodovia no Município de Guaraniáçu que liga a BR-277, da altura do quilômetro 315, até o rio Piquiri, divisa com o Município de Palmital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em... de maio de 1970.

a) Túlio Vargas

JUSTIFICAÇÃO:

A rodovia que se pretende transferir ao D.E.R., para fins de conservação, é de vital importância econômica para aquela região, cuja Municipalidade não conta com recursos financeiros para mantê-la em boas condições de tráfego, o que vem prejudicando, sensivelmente, o escoamento de sua produção agrícola.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 74-70

O Deputado Túlio Vargas, pretende que se transfira ao D.E.R., para efeito de conservação a rodovia de que trata o Projeto apresentado.

Creio que o D.E.R. no conteúdo das verbas de que dispõe, poderá arcar com o ônus de Conservação desta estrada, pois, afinal, são despesas de pequeno vulto.

Não há óbices de ordem constitucional.

Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 1.º de junho de 1970.

aa) Alencar Furtado — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Fuad Nadi

Paulo Poli

Paulo Camargo

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 74-70

- 1) — A iniciativa do dep. Túlio Vargas, é meramente autorizatória, daí, talvez, a razão por que este Projeto não passou pela Comissão de Finanças, para receber parecer sob o aspecto de recurso consignável.
 - 2) — O Projeto está devidamente formulado e justificado.
 - 3) — O nosso parecer é pela aprovação.
- Sala das Comissões, em
- aa) Lazaro Dumont — Presidente
Hélio Manfrinato — Relator
Gilberto Carvalho
Borsari Netto

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 74-70

O presente Projeto de Lei em foco não fere princípios de ordem financeira, pelo caráter "autorizativo" que lhe foi emprestado.

Quanto ao parecer da Douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, no que tange "aspecto de recurso consignável" — foge as atribuições desta Comissão por se tratar de fiscalização orçamentária, de competência Exclusiva da Comissão especializada.

Somos, em consequência pela aprovação.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971.

- aa) Leopoldo Jacomet — Presidente
Santos Lima — Relator
Gabriel Manoel
Ovídio Franzoni

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92-70, de autoria do Dep. David Federmann, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga Carambei a Tibagi. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 92-70

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem (D.E.R.), para fins de conservação e melhoria a estrada que liga Carambei a Tibagi, com extensão de 30 Kms.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1970.

a) Dep. David Federman

J U S T I F I C A T I V A :

A estrada que objetivamos transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, (DER), para os efeitos de manutenção e conservação, liga a nova rodovia Ponta Grossa — Itararé, a antiga estrada da Piriquitos — Tibagi, e é de vital importância para a população daquele Município, o qual reconhecidamente próspero na produção de trigo, arroz, etc., e trará por certo grandes benefícios para o escoamento desses cereais.

Nada mais justo, portanto, do que passarmos à responsabilidade do Estado os serviços de melhoria e conservação de tão importante trecho de uma das principais rodovias daquela região de nosso Estado.

Esse o escopo do presente plano de Lei, que submetemos à consideração e apreciação dos nobres pares, pois, assim o fazendo estaremos atendendo um apelo que o povo daquela região faz não só a este Deputado, mas também aos autênticos representantes do Povo nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Súmula: Autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga Carambei a Tibagi.

AUTOR: Dep. David Federmann

P A R E C E R

Em mãos para relatar o ante-projeto de lei n.º 92-70, que objetiva transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, (D.E.R.), para fins de conservação e melhoria a estrada que liga Carambei a Tibagi, numa extensão de 30 quilômetros dando acesso à Rodovia Pnta Grossa-Itararé.

É considerado de vital importância todo melhoramento nas estradas que dão acesso as rodovias asfaltadas, facilitando o escoamento da produção agrícola que merece toda atenção, sendo meu parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1971.

- aa) Wilson Brandão — Presidente
Gilberto Carvalho — Relator
Igo Losso
Cândido Martins de Oliveira
Muggiati Filho
Emílio Carazzai
Arthur de Souza
Sebastião R. Júnior

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 92-70

1) — Entendemos que o Projeto de Lei 92-70 deve passar pela Comissão de Finanças para receber parecer sob o aspecto de consignação de verba orçamentária.

2) — O Projeto está perfeitamente formalizado e justificado.

3) — O nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em

- aa) Lazaro Dumont — Presidente
Hélio Manfrinato — Relator
Gilberto Carvalho
Borsari Netto

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 92-70

O presente Projeto de Lei em foco não fere princípio de ordem financeira pelo caráter "autorizativo" que lhe foi emprestado.

Quanto ao parecer da Douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, no que tange "aspecto de recurso consignável" — foge as atribuições desta Comissão por se tratar de fiscalização orçamentária, de competência exclusiva da Comissão especializada.

Somos, em consequência pela aprovação.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971.

- aa) Leopoldo Jacomet — Presidente
Santos Lima — Relator
Ovídio Franzoni
Gabriel Manoel

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 235-71, de autoria do Dep. Jorge Sato, fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Professores de Maringá. — "A.P.M.", com sede na cidade de Maringá.

Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 235-71

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE MARINGÁ — "A. P. M.", com sede em Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1971.

a) Dep. Jorge Sato.

J U S T I F I C A T I V A :

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, segundo se pode verificar pela documentação anexa, preenche os requisitos exigidos pela legislação específica para obter pretendido reconhecimento.

Não só por isso, mas principalmente pelos inegáveis serviços que a organização de classe vem prestando aos seus associados e pelos altos frutos que oferece à comunidade maringense, a ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE MARINGÁ já é tida e havida como agrupação de serviço.

A declaração, portanto, virá revestir juridicamente aquilo que existe na prática.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 235-71

AUTOR: Dep. Jorge Sato

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE MARINGÁ — "A. P. M.", com sede na cidade de Maringá.

P A R E C E R

O Deputado Jorge Sato, propõe o reconhecimento da Utilidade Pública da ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE MARINGÁ — "A.P.M.", tendo em vista os altos e inúmeros serviços que a entidade vem prestando à classe do magistério e à coletividade.

Os documentos que instruem o processo provam à sociedade que a "A.P.M." preenche os requisitos da legislação em vigor merecendo, portanto, se lhe declare a condição de Utilidade Pública.

Aprova.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1971.

- aa) Muggiati Filho — Presidente
Armando Queiroz — Relator
Borsari Netto
Odilon Reinhardt
Emílio Carazzai
Gilberto Carvalho
Sebastião R. Júnior

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 28-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 7-72, encaminhando anteprojeto que introduz alterações à Lei n.º 5.971, de 24-7-69, que dispõe sobre o Fundo de Crédito Agropecuário. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 28-72

MENSAGEM N.º 7-72

Curitiba, 12 de abril de 1972

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva introduzir alterações à lei n.º 5.971, de 24 de julho de 1969, que dispõe sobre o Fundo de Crédito Agropecuário.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 210-72, datada de 10 do corrente mes, diz, com os necessários detalhes sobre a oportunidade, significação e interesse público da medida ora proposta a essa Augusta Assembleia Legislativa do Estado.

Certo de que o Plano de Lei submetido a apreciação dessa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) Pedro Viriato Parigot de Souza

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/Capital.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

Of. n.º 210-72

Curitiba, 10 de abril de 1972

Senhor Governador:

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, Anteprojeto de Lei que propõe alterações na Lei n.º 5.971, de 24-07-69, a qual criou o Fundo de Crédito Agropecuário.

De acordo com os dispositivos da citada Lei n.º 5.971, o produto líquido dos dividendos auferidos pelo Governo do Estado como acionista do Banco do Estado do Paraná S.A., é automaticamente destinado ao Fundo de Crédito Agropecuário. Desta forma não há o ingresso da respectiva receita orçamentária no Tesouro Geral do Estado, em consequência, inexistindo os competentes registros contábeis por parte da Contadoria Geral do Estado.

O objetivo do Anteprojeto é dar forma legal na utilização do produto dos dividendos, sem contudo, ferir os princípios básicos da referida Lei, ou seja, semestralmente o Governo do Estado subscreverá e integralizará em ações nominativas, valor equivalente aos dividendos auferidos junto ao Banco do Estado do Paraná S.A., cuja aplicação desses recursos observará os ditames da referida Lei.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

a) Maurício Schulman
Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor

Doutor PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Digníssimo Governador do Estado do Paraná

N/Capital.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O art. 2.º da Lei n.º 5.971, de 24 de julho de 1969, fica acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único. Para cumprimento do disposto na alínea "a" deste artigo, o Governo do Estado subscreverá e integralizará em ações nominativas do Banco do Estado do Paraná S.A., no mínimo, até o valor do produto dos dividendos auferidos desse estabelecimento bancário, a partir do primeiro semestre de 1969".

Art. 2.º — O Art. 8.º da Lei n.º 5.971, de 24 de julho de 1969, passa a vigorar com seguinte redação:

"Art. 8.º — O Fundo de Crédito Agropecuário será registrado, contabilmente, na escrita do Banco de acordo com as normas dispostas pelo Banco Central do Brasil".

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 28-72

P A R E C E R

A presente Mensagem Governamental que propõe alterações à Lei 5.971, de 24-7-69, visa dar forma legal na utilização do produto dos dividendos auferidos pelo Governo do Estado como acionista do Banco do Estado do Paraná S.A. e destinado ao Fundo de Crédito Agropecuário.

Não atenta aos princípios capitais da referida lei possibilita a contabilização por parte da Contadoria Geral do Estado e mantém a mesma destinação dos referidos dividendos.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1972

aa) Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

Emílio Carazzai

Luiz Roberto Soares

Maurício Fruct

Ovídio Franzoni

Muggiati Filho.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 28-72

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 7-72

P A R E C E R

1.) A presente proposição tem por objetivo introduzir alterações à Lei n.º 5.971, de 24-7-69, que dispõe sobre o Fundo de Crédito Agropecuário, a fim de dar forma legal à utilização do produto dos dividendos.

2.) A dita Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente.

3.) No que tange ao aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972

aa) Fuad Nacli — Presidente

Antônio Belinati — Relator

Odilon Reinhardt

João Fadel

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 14-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 109-72 — aprova o termo de convênio celebrado em 29-7-70, entre o Instituto Brasileiro do Café, através do (GERCA) e o Governo do Estado do Paraná, para implantação do Instituto Agronômico do Norte do Paraná. — Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 14-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R e s o l v e :

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de CONVENIO celebrado em 29 de julho de 1970, entre o INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ, através do GRUPO EXECUTIVO DE RACIONALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA (GERCA) e o GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, para a implantação do Instituto Agronômico do Norte do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução, entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24-5-72

aa) Armando Queiroz — Presidente

Cândido M. de Oliveira — Relator

ESTADO DO PARANÁ

Gabinete do Governador

MENSAGEM N.º 21-72

Curitiba, 15 de maio de 1972

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 29 de julho de 1970, entre o Governo do Estado e o Instituto Brasileiro do Café, através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), destinado à implantação do Instituto Agronômico do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N./Capital.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 14-72

TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ, PELO GRUPO EXECUTIVO DE RACIONALIZAÇÃO DA CAFEICULTURA (GERCA) E O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, PARA A IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE DO PARANÁ.

O INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ, pelo seu Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), representado neste ato pelo seu Presidente em exercício, Doutor João Ribeiro Júnior e seu Diretor Doutor Osmany Junqueira Dias, o primeiro também Presidente em exercício do

GERCA, devidamente autorizado pelo Conselho Deliberativo do mesmo e o GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, neste ato representado pelo seu Governador, Doutor Paulo Cruz Pimentel, acordam pelo presente instrumento realizar a implantação do Instituto Agronômico do Norte do Paraná, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: — O Governo do Estado do Paraná empenhará a favor da implantação do Instituto Agronômico do Norte do Paraná, criado pelo Decreto n.º 20.521, de 07.7.1970, com fundamento na Lei n.º 6.061, de 16 de dezembro de 1969, e subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, as dotações específicas previstas na mesma lei e nos orçamentos anuais do Estado, bem como todos os critérios que lhe forem destinados.

CLAUSULA SEGUNDA — O IBC/GERCA, como auxílio para o fim de implantação do Instituto Agronômico do Norte do Paraná, inclusive para aquisição de imóvel e aparelhamento indispensável aos seus serviços depositará em conta especial de depósito na Agência do Banco do Brasil S.A., em Londrina, vinculada à referida implantação, e à disposição da Comissão mencionada na Cláusula Terceira, a importância de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), conforme Resolução n.º 108, de 3 de junho de 1970, do Conselho Deliberativo do GERCA e proveniente do Fundo de Defesa dos Produtos Agro-Pecuários-Café, conforme autorização do Conselho Monetário Nacional, em sessão de 11 de junho de 1970.

CLAUSULA TERCEIRA: — O programa de implantação do Instituto Agronômico do Norte do Paraná, bem como a aplicação dos recursos oriundos do presente Convênio, serão executados por uma COMISSÃO PARITÁRIA, constituída de dois representantes do Instituto Brasileiro do Café-GERCA e de dois representantes do Governo do Estado do Paraná, designados para tal fim pelo Presidente do IBC e pelo Governador do Estado do Paraná, respectivamente, ficando a mesma Comissão incumbida de elaborar o Plano Diretor do I.A.N.P. (Organograma e Regimento), bem como contratar obras e serviços que se fizerem necessários, com observância das normas legais.

CLAUSULA QUARTA: — A movimentação dos recursos destinados à instalação do I. A. N. P. será efetuada sempre sob a responsabilidade conjunta de dois dos componentes da Comissão Paritária, sendo sempre um do IBC e outro do Governo do Estado, de acordo com regimento interno que elaborará.

CLAUSULA QUINTA: — O Governo do Estado do Paraná e o Instituto Brasileiro do Café, acordam em acentuar como aspectos fundamentais de programas das atividades básicas do Instituto Agronômico do Norte do Paraná, as seguintes, e que deverão ser realizadas em estreita colaboração com os órgãos afins:

- Estudos de normas necessárias ao estabelecimento de bases para a racionalização e fixação da cultura do café no Estado do Paraná;
- Estudos agronômicos destinados à determinação de normas a serem aplicadas no desenvolvimento de culturas diversificadoras;
- Estudos relacionados à conservação e à fertilidade dos solos, bem como a recuperação dos mesmos nas regiões depauperadas;
- Estudos de normas operacionais visando a exploração agrícola regional, em base de alta produtividade e de economicidade.

CLAUSULA SEXTA: — Ao Instituto Brasileiro do Café caberá a direção do setor da cafeicultura, por um técnico de reconhecida idoneidade e capacidade, indicado pela Autarquia.

CLAUSULA SÉTIMA: — As partes acordantes manifestam desde logo o seu total interesse a que o presente Convênio, tão logo se efetive a instalação do Instituto Agronômico do Norte do Paraná, seja ampliado de modo a receber a colaboração do Ministério da Agricultura, das Universidades do Paraná e de outras entidades oficiais e/ou da iniciativa privada.

CLAUSULA OITAVA: — O Governo do Estado do Paraná reconhece e confere, por sua vez, toda autoridade à comissão já convidada pelo IBC/GERCA para indicar a localização conveniente, no Estado do Paraná, do Instituto Agronômico do Norte do Paraná, bem como escolher a área rural a ser adquirida para a instalação do mesmo.

CLAUSULA NONA: — O presente Convênio e bem assim a Comissão Paritária de que trata a Cláusula terceira, extinguir-se-ão após a aplicação da verba referida na Cláusula segunda.

CLAUSULA DÉCIMA: — A Comissão de Implantação deverá, semestralmente, a partir desta data, prestar contas das despesas realizadas, às partes acordantes, bem como apresentar relatórios circunstanciados das atividades exercidas, providências em curso e demais informes que lhe forem solicitados, podendo o IBC e o Estado, em qualquer tempo, promover a verificação e a fiscalização do andamento do programa.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: — O não cumprimento de qualquer das cláusulas do presente Convênio, implicará na sua rescisão, revertendo ao IBC, de imediato, o saldo existente na conta que ora se abre, responsabilizando-se o Governo do Estado do Paraná pela devolução do total dos recursos referidos na Cláusula Segunda, dentro de 30 (trinta) dias, a conta da rescisão.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: — Encerrado o presente Convênio, todo o material adquirido será incorporado ao patrimônio da Secretaria da Agricultura, passando a constituir bens do Estado do Paraná.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: — Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, para qualquer ação decorrente do presente Convênio, até mudança da sede do Instituto Brasileiro do Café para Brasília.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA: — O presente Convênio está isento do pagamento de quaisquer impostos, na conformidade da imunidade tributária fixada no artigo 19, n.º III, letra "a" § 1.º da Carta Magna.

E, para validade do que ficou estabelecido, lavrou-se o presente Convênio, o qual, depois de lido e achado certo, vai assinado pelas partes contratantes, já mencionadas, e pelas testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1970.

aa) João Ribeiro Júnior

Osmany Junqueira Dias

Paulo Cruz Pimentel

Testemunhas

1. (Assinatura Ilegível)

2. (Assinatura Ilegível)

Confere com o original

ATL — SEN

Em 15.5.1972

a) Wally C. T. Mesquita

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 109-72

SUMULA: Aprova o termo de CONVÊNIO celebrado entre o INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ, pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) e o Governo do Estado do Paraná.

P A R E C E R

O Poder Executivo, pela Mensagem n.º 21-72, submete ao crivo deste Poder os termos do CONVÊNIO firmado em 29 de julho de 1970, entre o Instituto Brasileiro do Café, através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) e o Governo do Estado do Paraná, destinado à implantação do Instituto Agrônomico do Norte do Paraná.

Referido CONVÊNIO estabeleceu-se nos termos do art. 47 — inciso IX, da Constituição Estadual e a esta Assembléia, por força do que determina o art. 22, inciso VII, do mesmo Estatuto, cabe referendar, para o que opinamos apresentando o necessário Projeto de Resolução anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24.5.72.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Cândido M. de Oliveira — Relator

Luiz R. Soares

Basilio Zanusso

Maurício Fruct

Erondy Silvério

Ovídio Franzoni

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando dispensa de redação final do Projeto de Lei n.º 50-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 53-72, 54-72, 66-72 e 71-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso à administração da Agência do Banco do Brasil S.A., em Buenos Aires. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública deste Estado, no sentido de elevar as diárias de alimentação de presos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda, no sentido de que seja determinado a exemplo da DOPS, do Instituto de Identificação do Estado, Jogos de Diversão desta Capital, ao Sr. Delegado de Rendas sediado em Maringá, a designação

de um funcionário lotado naquela Secretaria para receber as Taxas de Segurança na Delegacia de Polícia de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro das Comunicações, no sentido de que aquela autoridade procure uma fórmula capaz, junto às fábricas de Televisão, para o barateamento da TV a cores. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja revogada a deliberação de se criar uma Comissão Especial para estudar o Projeto de Lei n.º 13-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial composta de três membros, destinada a entrar em contacto com o Diretor-Secretário do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, para em contacto com aquela autoridade, marcar a data de entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná, que este Poder Legislativo houve por bem outorgar-lhe. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante do Expediente, solicitando sejam abonadas suas faltas ocorridas no mês em curso. — Ao Sr. 1.º Secretário para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao jornalista Divorciado Machado Campos, em virtude de ter sido agraciado com a medalha "Mérito Tanandaré" pela Marinha de Guerra do Brasil. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 44-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado Expediente ao Sr. Diretor do Departamento de Trânsito, no sentido de determinar a elaboração de estudos visando a implantação de mão dupla no trânsito de veículos da Rua Marechal Floriano. — **Aprovado.**

Esta Presidência comunica ao Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, que já determinei a inclusão na Ordem do Dia do Projeto n.º 13-72.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 107-71, 198-71 e 223-71;

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 74-70, 92-70, 235-71, 28-72 e Projeto de Resolução n.º 1472;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de lei n.ºs 195-70, 199-70, 132-71, 44-72, 214-70 e 13-72.

Levanta-se a sessão.